

**JORNAIS
COMUNITÁRIOS E
INDEPENDENTES
NO CONTEXTO DA
CIDADE DE
FLORIANÓPOLIS/SC:
CONVERGÊNCIAS
E DIVERGÊNCIAS COM O
DISCURSO DO JORNALISMO
DOMINANTE**

**PERIÓDICOS COMUNITARIOS E INDEPENDIENTES EN EL CONTEXTO DE LA CIUDAD DE
FLORIANÓPOLIS/SC: CONVERGENCIAS Y DIVERGENCIAS CON EL DISCURSO DEL
PERIODISMO DOMINANTE**

**COMMUNITY AND INDEPENDENT NEWSPAPERS IN THE CITY OF FLORIANÓPOLIS/SC:
CONVERGENCES AND DIVERGENCES IN THE DOMINANT DISCOURSE OF JOURNALISM**

Gabriela Rempel*

Adair Bonini**

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: A estreita relação entre as práticas jornalísticas e outras práticas sociais implica a necessidade de análise crítica dos impactos do jornalismo em suas diferentes formas de manifestação. De um lado, tem-se o jornalismo dominante, gerenciador da estrutura de pensamento público vigente, que dita informações de acordo com interesses específicos (Soares, 2006), mas que se diz neutro e imparcial. De outro lado, está o jornalismo alternativo (sindical, comunitário, independente etc.), engajado em

* Doutora em Linguística (UFSC); mestra em Letras (UFSC); licenciada em Letras – Português (UNOPAR); graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (UFSC). E-mail: gabriela.rempel@gmail.com.

** Doutor em Linguística (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFSC). Pesquisador do CNPq (processo 314762/2021-3). E-mail: adair.bonini@gmail.com.

transformações sociais e que adota um viés posicionado. Este artigo tem o objetivo de analisar os discursos de oito jornais comunitários e três independentes existentes na cidade de Florianópolis/SC para identificar em que medida estes se aproximam ou se distanciam do modelo de jornalismo dominante, considerado a partir do discurso da NSC Comunicação. Para tanto, as discussões são fundamentadas pela abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica de Gêneros a partir de Bonini (2013; 2017). Os resultados apontam para diferentes graus de convergência/divergência, em relação aos preceitos do jornalismo dominante, nos jornais comunitários e independentes analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo comunitário. Jornalismo independente. Jornalismo dominante. Discurso. Objetividade/neutralidade.

RESUMEN: La estrecha relación entre las prácticas periodísticas y otras prácticas sociales implica la necesidad de un análisis crítico de los impactos del periodismo en sus diferentes formas de manifestación. Por un lado, está el periodismo dominante, gestor de la estructura de pensamiento público vigente, que dicta informaciones en función de intereses específicos (Soares, 2006), pero pretende ser neutral e imparcial. Por otro lado, está el periodismo alternativo (sindical, comunitario, independiente, etc.), comprometido con las transformaciones sociales y que adopta un bias posicionado. Este artículo tiene como objetivo analizar los discursos de ocho periódicos comunitarios y tres periódicos independientes de la ciudad de Florianópolis/SC para identificar en qué medida se aproximan o se distancian del modelo dominante de periodismo, considerado desde el discurso de la Comunicación NSC. Para ello, las discusiones se basan en el enfoque teórico y metodológico del Análisis Crítico de Géneros de Bonini (2013; 2017). Los resultados apuntan a diferentes grados de convergencia/divergencia, en relación con los preceptos del periodismo dominante, en los periódicos comunitarios e independientes analizados.

PALABRAS CLAVE: Periodismo comunitario. Periodismo independiente. Periodismo dominante. Discurso. Objetividad/neutralidad.

ABSTRACT: The close relation between journalistic practices and other social practices implies the need of a critical analysis on the impacts of journalism in its different manifestations. On the one hand, there is the dominant journalism, which manages the structure of the current public thinking. Although it dictates information according to specific interests (Soares, 2006), dominant journalism claims to be neutral and impartial. On the other hand, alternative journalism, such as union, community, and independent, promotes social transformation and adopts positioned bias. This article aims to analyze the discourse in eight community newspapers and three independent newspapers in the city of Florianópolis/SC to identify to what extent they are close or distant from the dominant journalism model, considered from the discourse of NSC Communication. Thus, the discussion is based on the theoretical-methodological approach of Critical Genre Analysis from Bonini (2013; 2017). Results suggest different degrees of convergence/divergence concerning the precepts of the dominant journalism in the community and independent newspapers analyzed.

KEYWORDS: Community journalism. Independent journalism. Dominant journalism. Discourse. Objectivity/neutrality.

1 INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação exercem um visível e soberano poder na organização da sociedade atual, particularmente nos setores da cultura, da política e da economia (Thompson, 1998). Dada essa influência, tem sido constante o desenvolvimento de pesquisas sobre mídia nos mais variados campos do conhecimento. Além disso, os gêneros da mídia, sobretudo os jornalísticos, passam a ser tópicos de ensino com presença nos documentos oficiais e nas diretrizes públicas para educação básica nas escolas – a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017). No entanto, embora tenham se tornado objeto de estudo nas salas de aula, parece que pouco se avançou nas discussões sobre as distinções entre os tipos de mídias jornalísticas que devem ser estudadas ou acerca de um ensino crítico destas.

As mídias são construídas socialmente e diferem entre si em sua forma de organização (Bonini, 2017). Há, nesse sentido, aquelas engajadas em mudanças sociais defendidas por diversos movimentos e instituições (as não dominantes) e outras que são comprometidas com os interesses de manutenção do poder da elite, e que funcionam como grandes conglomerados (as

dominantes) (Haubrich, 2015)¹. Quando se discute o ensino de mídia na escola, especialmente tendo em vista os gêneros jornalísticos nas aulas de Língua Portuguesa, tais fatores necessitam de atenção. *Como mobilizar esses gêneros de forma a favorecer a reflexão de alunos e alunas sobre as práticas sociais midiáticas, principalmente as jornalísticas não dominantes?* é um questionamento que precisa ser realizado.

Ao analisar a forma como os Livros Didáticos abordam os gêneros do jornal em atividades de leitura e escrita, Bonini (2018) aponta que, quase sempre, os livros tomam as mídias hegemônicas em suas exemplificações. Ao fazer isso, incorporam, privilegiam e legitimam o discurso jornalístico dominante de imparcialidade e neutralidade, comum nas publicações de maior circulação. Os jornais não dominantes (sejam eles comunitários ou sejam eles independentes) tendem a se contrapor aos hegemônicos ao ter uma perspectiva específica discursivamente marcada (uma identidade particular) e ao fazer um jornalismo que se mostra posicionado (não neutralista), com adesão aos projetos de grupos sociais específicos, principalmente dos grupos minorizados.

Em publicação anterior, Bonini (2017) já defendia que a discussão na escola em torno dos gêneros jornalísticos, principalmente no que tange aos jornais escolares, fosse orientada por práticas jornalísticas alternativas às dominantes “[...] jornais de bairro, de igreja, de partido, de sindicato, etc. – que, de algum modo, deslocam o papel, que seria até certo ponto previsível, do jornalismo comercial hegemônico como fio organizador das atividades [escolares de letramento midiático]” (Bonini, 2017, p. 166). Para o autor, colocar as/os estudantes diante de uma diversidade de jornais pode favorecer o ensino crítico, justamente pelo contraste entre pontos de vista e visões de mundo possibilitados.

Na escola, um fator que pode se mostrar ainda complexo para um trabalho com jornalismo não hegemônico é definir o quanto um jornal não dominante se coloca como uma prática alternativa aos modelos hegemônicos. Muitos jornais comunitários, por exemplo, reproduzem o modelo dominante, sendo o caso de alguns jornais de bairro que circulam na cidade de Florianópolis e que são analisados no presente artigo. Com intuito de oferecer uma reflexão para projetos que queiram discutir os gêneros jornalísticos na escola sob uma perspectiva crítica, analisamos, aqui, oito jornais comunitários e três jornais independentes da cidade Florianópolis em termos de sua relação com o discurso jornalístico dominante².

Nas seções que se seguem, aportamos, inicialmente, definições de jornalismo comunitário e independente, compreendendo ambos, em princípio, como formas alternativas ao jornalismo dominante, e descrevemos a abordagem teórica por nós adotada. Na sequência, com breve explicação sobre a metodologia, já passamos à análise, elaborando, inicialmente, um painel contrastivo dos jornais comunitários levantados; discutimos, então, as aproximações e os rompimentos com o discurso dominante do jornalismo. Por fim, trazemos os jornais independentes e escrutinamos algumas práticas jornalísticas divergentes em relação ao discurso dominante (renovadoras, em certo sentido). Os oito jornais comunitários analisados neste artigo são: *Jornal Miguelito*, *Jornal Santa Mônica*, *Jornal Lado Sul*, *Jornal Trindade*, *Conexão Comunidade*, *Folha de Coqueiros*, *Jornal Rio Tavares* e *Jornal Daqui*. Os três jornais independentes analisados são: *Catarinas*, *Desacato* e *Maruim*. Para estabelecer um contraponto na análise, nos reportamos ao discurso do jornalismo dominante, conforme se apresenta no *site* da empresa NSC, filiada à Rede Globo em Santa Catarina.

2 OS GÊNEROS DO DISCURSO E AS PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO JORNALISMO COMUNITÁRIO E INDEPENDENTE

A discussão aqui proposta se orienta teoricamente pela perspectiva da Análise Crítica de Gêneros do discurso a partir de Bonini (2013, 2017). Tal aporte teórico toma como base a articulação de três conceitos centrais: o de gênero discursivo de Bakhtin (1997

¹ O jornalismo dominante está historicamente ligado aos detentores do poder político e econômico do país, servindo como porta voz dos interesses da elite. Como exemplos desse grupo, estão veículos de comunicação como a Rede Globo, Record, Bandeirantes. O jornalismo não dominante pode ser definido, mais amplamente, como alternativo, uma vez que funciona como uma alternativa ao dominante. São exemplos desse tipo de jornalismo, jornais comunitários, de bairros, e portais independentes (nosso foco de análise). No modelo de sociedade atual, o jornalismo dominante é também visto como hegemônico, enquanto o alternativo, em seus diferentes subgrupos, é visto como não hegemônico, embora alguns jornais alternativos também estejam alinhados aos interesses hegemônicos.

² Este artigo consiste em um recorte e uma releitura de uma discussão presente em uma tese de doutorado, cujo objetivo final era a criação de um jornal escolar orientado pelo contato com práticas do jornalismo independente (Rempel, 2020).

[1952/53]), como formas relativamente estáveis do enunciado; o de prática social, de Fairclough (2003), como as formas habituais de agir no mundo; e o da transitividade crítica, de Freire (1967), como as relações entre vozes na construção da consciência social.

A partir desses três conceitos norteadores, um gênero jornalístico como a notícia, por exemplo, pode ser visto, primeiramente, como um enunciado que contém: (i) determinada composição, a sua estrutura/disposição, compreendendo o sumário (*manchete e lide*) e o relato jornalístico (episódio e comentários) (Van Dijk, 1990); (ii) um conteúdo temático, que é o evento social discursivizado na forma de relato noticioso; e (iii) um estilo, ou seja, a manifestação da individualidade do gênero e do/a autor/a, em um texto sem muitos adjetivos que simula o apagamento da autoria para produzir um efeito de neutralidade e imparcialidade. Em segundo lugar, essa notícia também pode ser vista a partir das práticas sociais que a constituem e que ela constitui (informar, entreter, promover determinado ponto de vista etc.). Em terceiro lugar, ela pode, ainda, ser vista sob o ponto de vista da transitividade (ao modo de Freire, 1967): conforme, ao informar sobre um evento/acontecimento, acione (ou não acione) certa criticidade, em relação às visões de mundo que são agenciadas. A escrita do texto da notícia pode se orientar pela busca de um efeito de objetividade ou, opostamente, pela busca de explicitar um posicionamento consistente com determinado projeto de mundo e, numa perspectiva crítica, embasado em dados robustos e em uma história de discussões e consensos.

Para o estudo dos gêneros nessa perspectiva crítica, também podem ser mobilizados instrumentos conceituais diversos, conforme o que se queira verificar em termos da prática social que está na base de produção daquele gênero. Pode-se, por exemplo, estudar a constituição de identidades sociais, as relações dialógicas, a léxico-gramática, o discurso.

No caso do presente artigo, enfocamos os jornais comunitários e o modo como eles se relacionam com o discurso dominante do jornalismo (reproduzindo-o, recriando-o, a ele resistindo, etc.). Partimos do conceito de discurso de Fairclough (2003, p. 124, grifo do autor, tradução nossa), entendido nesse caso como: “[...] maneiras de representar aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, o ‘mundo mental’ dos pensamentos, dos sentimentos, das crenças e assim por diante, e o mundo social”. Os discursos representam perspectivas e posições sobre o mundo, mas mais que isso, “[...] eles são também projetivos, imaginários, representando mundos possíveis diferentes do mundo vigente, e vinculados a projetos para mudar o mundo em direções particulares” (Fairclough, 2003, p. 124, tradução nossa). No caso do jornalismo, há diversos discursos que posicionam os sujeitos diferentemente em relação a essa prática social – o jornalismo dominante da matriz discursiva clássica (informativo, investigativo) e a versões alternativas da prática (comunitário, independente, etc.), conforme Bonini (2022).

A depender da forma como gêneros e práticas sociais são constituídos (praticados), os jornais podem perpetuar visões dominantes, alinhadas a uma classe conservadora e elitista, ou podem pôr em cena pontos de vista libertários, que busquem a promoção de mudanças sociais. Os jornais tidos como alternativos, populares, comunitários e independentes estão (ou teoricamente deveriam estar) associados a esse tipo de jornalismo de transformação social, uma vez que, conforme argumenta Peruzzo (2009b, p. 49-50):

[...] a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Conforme Peruzzo (2009b), para caracterizar o jornalismo popular (distinto do jornalismo da grande mídia), podem ser usados os termos: alternativo, participativo, participatório, horizontal, comunitário, dialógico e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Neste artigo, ao focalizarmos os jornalismo comunitário e independente, estamos entendendo ambos como formas que, em conceito, seriam de jornalismo alternativo e, portanto, divergentes discursivamente do jornalismo dominante. Os materiais analisados compreendem dois grupos: jornais de bairro impressos da cidade de Florianópolis/SC (que são analisados na terceira seção) e jornais digitais independentes (tópico de discussão da quinta seção).

Os jornais comunitários, o primeiro desses termos aqui considerados, são aqueles que abordam temas atinentes à comunidade, consistindo no resultado das decisões e elaborações jornalísticas da própria comunidade, em atuação educativa e emancipatória,

conforme os apontamentos de Peruzzo (2009a) e Sequeira e Bicudo (2007) nos permitem concluir. Esses jornais, por apresentarem caráter educativo e de transformação social, podem ser vistos como integrantes de um movimento de contracomunicação ou de uma outra comunicação, “[...] elaborada no âmbito dos movimentos sociais, ‘comunidades’ e outros grupos sociais orgânicos às classes subalternas com a finalidade de exercitar a liberdade de expressão e oferecer conteúdos na ótica das mesmas” (Peruzzo, 2011, p. 86).

Em comparação com o jornalismo dominante, o jornalismo comunitário tende a dar mais espaço às pautas locais, do bairro e da comunidade em que está inserido, apesar de também abordar assuntos mais amplos e globais. Quando jornais comunitários e dominantes escrevem sobre o mesmo assunto, costumam se distinguir, geralmente, pela forma como versam sobre determinadas temáticas. Enquanto o jornalismo dominante privilegia uma versão do fato, “[...] a imprensa proletária, como forma de mostrar ao público essa diferença, tira o fato de sua condição singular e apresenta os contraditórios e a contextualização” (Barbosa, 2012, p. 239). Ou seja, essa imprensa proletária não usa o pretexto da objetividade, mas marca o seu posicionamento e o seu lugar de fala.

Sob o discurso de neutralidade, a indústria jornalística dominante, mesmo que de forma aparentemente velada, reforça a ideologia capitalista (Barbosa, 2012). É possível dizer que grande parte do jornalismo comercial brasileiro funciona como um dispositivo ideológico neoliberal, ao reproduzir as práticas de dominação neoliberais (Figueiredo; Bonini, 2017). Em outras palavras, no contexto brasileiro, muitas das empresas jornalísticas podem ser caracterizadas como conservadoras, pois se colocam como divulgadoras dos interesses das elites secularmente dominantes (Bonini, 2013).

Na mesma linha, Haubrich (2015) aponta que, enquanto a mídia dominante é historicamente ligada aos donos do poder político e econômico do país, “[...] a mídia alternativa vincula-se às classes populares, seja diretamente conduzida por elas, seja através de vinculação discursiva e política” (Haubrich, 2015, p. 1). Acrescenta o autor, ainda, que o fato de a mídia dominante ter em seu poder maior número de veículos em relação aos meios alternativos, impede a emergência de mais espaços, assim como dificulta o fortalecimento dos espaços já existentes. Mesmo assim, e apesar da concorrência que sofrem das mídias dominantes, muitos meios alternativos como os jornais e as rádios comunitários marcam sua presença na sociedade e vão, assim, ganhando envergadura.

Haubrich (2015, p. 5) pontua, nesse sentido, que:

[...] para ser de fato democrático e democratizante, um veículo participante do espectro da mídia alternativa deve, independentemente de sua organização e dinâmica interna, ter com o “exterior”, ou seja, com a sociedade geral e com os movimentos populares que nela atuam, uma relação de constante diálogo e de resposta às demandas que ali nascem e ganham relevância.

Esse autor associa, portanto, a mídia alternativa (como a comunitária) às lutas populares e às transformações sociais. Aponta, além disso, um conjunto das características que permitem identificar esse tipo de mídia: (i) possuir constituição organizacional democrática, participativa e assentada em bases populares; (ii) apresentar diferença em relação à mídia dominante (quanto à organização e ao conteúdo); (iii) ter independência em relação ao Estado e ao poder econômico; (iv) veicular conteúdos de caráter crítico-emancipador, transformador; e (v) buscar transformações sociais (Haubrich, 2015).

Também com o objetivo de caracterizar a mídia alternativa, Sequeira e Bicudo (2007) arrolam um conjunto de aspectos, mas desta vez enfatizando os jornais comunitários, sendo eles: (i) valorização da realidade local; (ii) participação da comunidade durante todo o processo de produção; (iii) consagração das ideias da mobilização e da transformação; (iv) resgate de um viés pedagógico e educativo; e (v) articulação com a produção independente e de resistência. Como discutiremos na próxima seção, são ainda poucos os jornais de bairro de Florianópolis que manifestam essas características, evidenciando, dentre outras conclusões, que nem todo jornal que se identifica como de bairro seja de fato comunitário.

Ao que demonstram essas teorizações, o jornalismo comunitário pode ser visto como uma mídia que tem como objetivo a mudança social. Entretanto, no dia a dia, nem todos os jornais intitulados dessa forma conseguem materializar esse perfil. Peruzzo (1998) comenta que é comum que os meios populares sejam produzidos por poucos dentro do cenário da comunidade, o que pode acarretar que haja uma reprodução do dirigismo e do controle, comum das mídias comerciais, por parte de lideranças e/ou instituições mediadoras da comunicação popular.

Além disso, comenta a autora (Peruzzo, 2009b), há alguma participação de setores populares na mídia dominante, como é o caso das programações locais e regionais que, em tese, também podem favorecer o desenvolvimento social e a cultura local. Ainda que haja essa abertura na mídia dominante, nem sempre há, alerta Peruzzo, a busca por emancipação cidadã nem a modificação de sua lógica de manipulação característica.

O jornalismo independente, outro termo importante para a presente análise, é aquele que, como integrante do conjunto das práticas de jornalismo alternativo, prioriza a independência do poder econômico e do tipo de cobertura feita pelas corporações de comunicação, embora essa definição não seja unânime. A partir do que explanam Assis *et al.* (2017), podemos apontar que, em termos gerais, estes jornais: (i) buscam autonomia (financeira e editorial); (ii) usam a internet como meio de atuação; (iii) adotam o *crowdfunding* (financiamento coletivo) como forma de sustentabilidade econômica; e (iv) marcam o seu posicionamento por meio de práticas de ativismo social. Essas quatro características parecem estar presentes na realidade dos jornais analisados, conforme a discussão da quinta seção. Além disso, para alguns dos jornais independentes examinados neste artigo, a adoção desse termo privilegia a ideia de criação de pauta livre, em que os/as jornalistas têm controle sobre sua própria pauta de forma participativa³. Ou seja, os membros escolhem o quê, como e quando noticiar.

Porém, a conceituação de jornalismo independente como aquele que tem controle sobre a sua pauta pode acabar favorecendo certos representantes do jornalismo conservador. Um exemplo disso é a forma como Jair Bolsonaro, assim como o Movimento Brasil Livre (MBL), utilizaram-se de mídias sociais, antes de e durante as eleições de 2018, como um meio alternativo de comunicação, criando a sua pauta livremente e até se fundamentado em informações falsas para se promover (cf. as reportagens de Benites, 2018; e Filho, 2020).

Nesse sentido, a denominação de jornalismo independente pode se mostrar complexa. Como indicam Figaro, Nonato e Kinoshita (2017, p. 7, grifos dos autores), “[...] os adjetivos *independente* e/ou *alternativo* vêm sendo apropriados por diferentes enunciadore e formações discursivas/ideológicas, inclusive com características organizacionais divergentes e diferentes”. Para além da forma de comunicação que foi adotada por Bolsonaro e outros representantes da direita e da extrema direita durante o período de seu governo, a cobertura jornalística da rede Globo também recebeu, nessa época, o título de jornalismo independente pela sua posição contrária ao governo. A parceria firmada com outros jornais, todos dominantes, para dar transparência aos dados em relação ao número de casos e mortes da Covid-19, por exemplo, fez com que esses mesmos jornais coligados a tratassem como mídia independente, nesse caso em relação ao Estado, haja vista a ação contrária ao governo Bolsonaro, o qual negava acesso a esses dados.

Mas, a atribuição do termo independente à Rede Globo, de certa forma, amplia e deturpa o conceito de independência em seu sentido de termo próprio da mídia contra-hegemônica.

Tendo em vista o que apontam vários autores (Muniz Junior, 2016; Figaro; Nonato; Kinoshita, 2017), o termo se mostra complexo, assim como também acontece, mas em menor medida, em relação à conceituação de jornalismo comunitário. Especificamente para construir uma fundamentação sobre jornalismo independente, seguimos, neste artigo, as análises de Assis *et al.* (2017). Entretanto, destacamos que esses autores reconhecem a heterogeneidade do termo e sugerem que, para uma definição mais precisa de jornalismo independente, conheça-se a realidade e o contexto de cada jornal que se designa como independente. Para tanto, são os contextos específicos e as realidades dos jornais que são abordados nas próximas seções.

³ A denominação pauta é bastante corrente na prática jornalística. Em um sentido amplo, pode ser vista como o conjunto de assuntos que compõem a edição de um jornal. Mas mais pontualmente também se refere ao tratamento que será dado a um assunto específico. Por vezes, o jornalista recebe uma pauta pronta como demanda para produzir um texto. Outras vezes, tem mais liberdade para criá-la.

3 JORNAIS COMUNITÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS

Para este estudo, foram coletados jornais comunitários que circulavam em diferentes regiões/bairros de Florianópolis/SC durante os anos de 2016 e 2017⁴. Analisamos, neste artigo, as informações institucionais disponibilizadas nos *sites* destes jornais e, em alguns casos, os seus editoriais⁵.

O *corpus* de pesquisa é constituído por oito publicações, sendo elas: *Jornal Miguelito* (publicação presente em quase toda a cidade de Florianópolis⁶, que não se direciona a uma região específica), *Jornal Santa Mônica* (o qual circula, principalmente, no bairro Santa Mônica, região do central da ilha), *Jornal Lado Sul* (voltado a bairros do sul da ilha), *Jornal Trindade* (representativo do bairro Trindade, localizado na região central), *Conexão Comunidade* (jornal destinado aos bairros da região norte), *Folha de Coqueiros* (publicação do bairro Coqueiros, região continental da cidade), *Jornal Rio Tavares* (bairro do sul da ilha) e *Jornal Daqui* (publicação de bairros da região noroeste da ilha).

O primeiro ponto de destaque, ao se analisar esses jornais, é a quantidade de anúncios publicitários presentes, inclusive nas capas das publicações, conforme ilustra a Figura 1.



Figura 1: Capas dos jornais comunitários de Florianópolis/SC

Fonte: fotos dos autores

A venda de espaços publicitários é a forma de subsistência de muitos dos jornais desse tipo, uma vez que eles são distribuídos de forma gratuita para moradores dos lugares onde atuam. No entanto, a dependência financeira de determinados anunciantes limita

⁴ Conforme citado anteriormente, o artigo consiste em um recorte e uma releitura de uma tese de doutorado (Rempel, 2020), sendo assim, o *corpus* faz parte da tese e teve fase exploratória de coleta de dados os anos de 2016 e 2017.

⁵ Os textos analisados neste artigo, em sua maioria, foram publicados nos *sites* ou nas redes sociais dos jornais, na aba *quem somos*/ou na descrição dos perfis. Apenas um dos jornais não apresentava página na internet. Por isso, recorremos ao editorial deste jornal como fonte de caracterização. O gênero editorial pode ser definido como um gênero opinativo que traz a posição do jornal (Melo; Assis, 2016).

⁶ O território da cidade de Florianópolis compreende tanto a extensão total da Ilha de Santa Catarina quanto uma área menor no continente.

a postura adotada pelo jornal, ditando o tom que cada publicação pode assumir. Por exemplo, se o anunciante não concorda com a linha editorial de tal jornal, não vai comprar espaço e, sem essa venda, o jornal não consegue subsidiar seus custos e se manter operando.

Observamos também que alguns falam da sua localidade de forma bastante generalizada com matérias sobre saúde e assuntos jurídicos que têm o propósito de fazer propaganda de determinado profissional ou grupo empresarial. Este caso é ilustrado na Figura 2 com excertos retirados do *Jornal Santa Mônica* e do *Miguelito*.

Jornal Miguelito | miguelito@omane.com.br | Julho 2016

Jurídico

Divórcio Extrajudicial - uma solução mais prática para um momento difícil

Quando um casamento chega ao fim, resta aos cônjuges efetivarem seu desejo de término por meio do instituto do divórcio. Com as evoluções legais ocorridas nos últimos anos, este passou a ser a única forma de dissolução do casamento civil e seu procedimento se tornou mais fácil e acessível.

Não há exigência de duração mínima do casamento para que seja feito o divórcio, podendo ocorrer a qualquer momento, fazendo com que os indivíduos que antes eram casados passem ao estado civil de divorciados.

Embora o casal tenha todos os seus vínculos afetivos e patrimoniais extintos ou modificados pelo divórcio, os direitos e deveres de cada um em relação aos filhos permanecem iguais.

Além da sua forma tradicional, a legalidade permite um juiz, o divórcio pode ser extrajudicial, o que reduz bastante o tempo, o custo financeiro e o desgaste emocional

desse difícil etapa da vida de muitas pessoas. Para tanto, o casal não deve ter pontos de discordância, a mulher não pode estar grávida e eles não podem ter filhos menores ou incapazes.

Além disso, será necessária a assistência de advogado como garantidor da correção do procedimento, podendo ser um para cada cônjuge ou o mesmo para ambos. Caso se declarem pobres, os pais podem ter acompanhamento gratuito do um defensor público, além de não terem que pagar as custas de cartório.

É interessante ressaltar que se assim desejarem, os cônjuges não precisarão nem comparecer ao cartório, bastando que nomeiem procurador (es) com poderes específicos para registrar o acordo de divórcio já elaborado por eles.

São temas que devem ser abordados na escritura do divórcio extrajudicial: prestação ou não de pensão alimentícia; referência à forma e ao momento em que se dará

a partilha dos bens do casal; se haverá alteração do nome daquele que havia adotado sobrenome do cônjuge além de outras questões de interesse das partes.

Importante destacar que mesmo quando já exista uma ação de divórcio em curso, as partes ainda podem optar pelo rito extrajudicial, desde que antes desistam da via judicial. A escritura que firma o divórcio não precisa ser homologada pelo juiz, servindo por si só para alteração de registros e realização de ocorrências.

Por fim, não deve haver preocupação quanto à segurança dessa forma de divórcio, pois além da garantia conferida pela atuação do advogado, tem o tabelião e o direcionador de se registrar a escritura e o tabelião que verificou todos os dados e assinaturas antes de registrar a escritura.

Lise Anne de Borja F. Gil
Advogada - OAB/SC - 116.673
luchelise@bfbw.com.br

TERAPIA COM PNL E HIPNOSE

É comum, quando se fala em Programação Neurolinguística (PNL), associar o termo a programas motivacionais ou a auto-ajuda, ou mesmo a algo um tanto misterioso ou mágico. A PNL foi criada nos anos 70 a partir dos trabalhos dos americanos Richard Bandler (tutor em Matemática e em Psicologia e Linguística), que criaram um novo modelo de comunicação e desenvolveram a possibilidade de "decodificar" os processos mentais em fragmentos compreensíveis e reorganizáveis.

Desde aquela época, a PNL vem sendo utilizada, aplicada e desenvolvida pelos seguidores dessa ciência. Esse estudo gerou a criação de um conjunto vasto e de efeito profundo, para o crescimento pessoal e profissional.

De fato, muitas técnicas são auto-aplicáveis e podem ajudar o indivíduo na superação dos limites do seu dia-a-dia e, por essa razão, é verdadeiramente considerável que a PNL seja uma ciência para a auto-ajuda. Também é uma ciência muito usada em programas motivacionais, pois tem um estudo sério e profundo dos processos que motivam o ser humano. E os termos "magia" e "hipnotecodificação" são constantemente associados à PNL, pela velocidade com que atua sobre as pessoas nos seus processos de mudança.

Max, pouco se fala em psicoterapia baseada em Programação Neurolinguística.

A partir das técnicas desenvolvidas ao longo desses 40 anos e de um embasamento filosófico bastante sério, foi possível criar uma forma de atendimento psicoterapêutico diferenciado, para tratar e superar dificuldades psicológicas dos seres humanos.

É uma terapia que se desenvolve através dos objetivos específicos do paciente. Esse direcionamento agiliza o processo, pois fica focado no alcance dos objetivos escobidos e a terapia transcorre inventando dados (necessários para a compreensão do processo individual), orientando e aplicando técnicas facilitadoras das mudanças desejadas.

Além disso, outro diferencial é a utilização de situações a serem desenvolvidas em casa. A ideia é de que o indivíduo se mantenha em prática o rápido, mesmo fora do consultório, com a providencial ajuda das técnicas auto-aplicáveis. Essa atividade torna o trabalho mais intenso e os resultados chegam com mais rapidez.

É claro que deve haver um bom comprometimento, por parte do paciente, com seu tratamento – entendendo que a terapia não é algo que acontece dentro de quatro paredes, mas sim, em sua própria vida, que, quanto mais estimulada na direção da mudança, mais apresentará resultados.

O Psicólogo é o facilitador que domina as técnicas e estimula o processo, o paciente é o responsável por digere e potencializar os resultados, concretizando-os em transformações pessoais.

Em meu trabalho, aplico a PNL, pela velocidade com que atua sobre as pessoas nos seus processos de mudança.

Max, pouco se fala em psicoterapia baseada em Programação Neurolinguística.

Mara de Felipe - Psicóloga CRP 22/054-8
Hípnose - Master em Programação Neurolinguística
Co-autora do livro "O Segredo do Sucesso Pessoal" (Dr. Ser Afonso) www.psicofelicidade.com.br

Atendimento:
Clínica Sattva - Rua Clodoric Moreira, 62 - Santa Mônica - Telefone 3233-4272 / 9952-6292

Hípnose Ericksoniana
Acupuntura - Homeopatia - Reiki
Cromoterapia - Hidroterapia
Geomorfolgia - Geoterapia
Reflexologia podal e manual
Esfolição corporal

Tel 3233-4272 / 9903-9158 - www.sattva.com.br
Rua Clodoric Moreira, 62 - Santa Mônica

© V. Edição 64 - Abril

Figura 2: Exemplo de texto jornalístico-propaganda

Fonte: foto dos autores

Tomando como ponto de partida o jornalismo comunitário como uma prática ligada à transformação social e às reivindicações de lutas de determinados grupos/comunidades (Peruzzo, 1998, 2009b, 2011), podemos questionar em que medida esse tipo de matéria oferece uma informação relevante para a comunidade. Ao que tudo indica, esses textos têm a intenção de apresentar o serviço de empresas do bairro, além de divulgar serviços e assuntos que poderiam ser veiculados em mídias que cobrissem outros locais, pois não parecem se configurar como demandas específicas das pessoas que moram nessa região. Assim, percebemos que falta um dos critérios elencados por Sequeira e Bicudo (2007) como caracterizadores do jornalismo comunitário: a valorização da realidade local. Nesse sentido, os jornais *Miguelito* e *Santa Mônica* parecem ser exemplos de um jornalismo bastante comercial e com poucas características da comunicação popular.

Além do texto jornalístico-propaganda, a análise das publicações coletadas indicou uma aproximação dos jornais analisados com os discursos de objetividade e neutralidade, característicos do jornalismo dominante, como se pode notar nas partes em itálico (marcação nossa) dos seguintes excertos dos jornais *Trindade*, *Conexão Comunidade* e *Rio Tavares*:

Com 13 anos e edições mensais, oferecemos aos leitores, de forma gratuita, uma excelente alternativa de leitura e também *um guia de anúncios* diferenciado voltado para consumidores exigentes. Com uma leitura fácil, manuseio confortável e cores vibrantes. Há mais de uma década, o Jornal Trindade tem como principal objetivo entregar um *conteúdo jornalístico de qualidade* para os leitores e também resultado para os anunciantes. Com foco no que acontece no dia a dia de Florianópolis e região metropolitana, o JT inova trazendo todo mês uma entrevista com alguma *celebridade* do cenário nacional ou internacional. São formadores de opinião como jornalistas, blogueiros, cantores que vão da jovem guarda a jovem música e artistas de teatro e/ou televisão, entre outros. Hoje o Jornal Trindade é multiplataforma e está presente no seu computador, *tablet*, *smartphone* e na sua mão. Sempre visando oferecer um produto com *qualidade e credibilidade*. (Jornal Trindade)⁷.

O Jornal Conexão Comunidade, fundado em 16 de setembro de 2009, tem circulação regional em 19 bairros no Norte da Ilha, entre eles: Cacupé, Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Daniela, Jurerê Tradicional e Internacional, Canasvieiras, Ponta das Canas, Lagoinha, Cachoeira do Bom Jesus, Ratones, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vargem do Bom Jesus, Sítio de Baixo, Sítio de Cima, Ingleses, Rio Vermelho e Santinho, com cerca de 20 à 25 mil leitores mês com 10 mil exemplares/mês. O jornal regional busca a *qualificação de leitores por meio de seu conteúdo editorial e pela distribuição segmentada e regionalizada*. O Conexão é um veículo hiperlocal, focado nos bairros do norte da ilha. Construímos uma *comunicação de qualidade* em diversas plataformas. (Jornal Conexão Comunidade)⁸.

O Jornal do Rio Tavares contribui para a divulgação do bairro, com o objetivo de repercutir fatos importantes para a comunidade, escolhida por muitos para trabalhar e para viver. Levamos *informação de qualidade*, voltada aos interesses comuns da sociedade, divulgando também oportunidades comerciais, visando o desenvolvimento econômico da região. A cada mês temos uma reportagem especial: Lazer, educação, saúde e segurança são os temas principais da edição. (Jornal Rio Tavares)⁹.

Nas autodefinições desses jornais, portanto, aparecem expressões como: *conteúdo jornalístico de qualidade, qualidade e credibilidade, qualificação de leitores, comunicação de qualidade, informação de qualidade*. Nos três jornais, parece haver uma insistência em marcar um posicionamento de portal de confiabilidade e excelência, sendo que essas marcas linguísticas seriam formas diretas de alinhamento aos conceitos de *neutralidade e objetividade*, os quais são componentes centrais do discurso jornalístico dominante.

Entendemos que estes grupos se colocam como *confiáveis* (com *credibilidade*) ao defenderem que apresentam um relato com fidelidade aos fatos e *neutralidade*, ou seja, supostamente informam sem tomar partido de nenhum lado. Ao colocarem-se como detentores de um jornalismo com essas características, permitem-se afirmar que seu jornalismo tem *qualidade*, algo que aparece bem marcado na linha editorial de muitos jornais. A fidelidade e a neutralidade são pilares para o conceito de *objetividade*, que, na esfera do jornalismo, portanto, têm relação com a pressuposição de observação imparcial da realidade e omissão de preferências individuais, sendo, contudo, todos esses conceitos projeções discursivas que não coincidem exatamente com o que se faz na prática efetiva.

Bonini (2018, 2019, 2022) defende que estas seriam formas de caracterizar o jornalismo dominante. Nas palavras do autor:

O discurso jornalístico hegemônico se baseia em pressupostos como “neutralidade” na apuração de dados, “objetividade” da narrativa, e “pluralidade” de visões, itens que buscam, no plano ideológico, alocar as empresas de jornalismo dominante como legítimas mediadoras dos debates sociais, guardiãs da democracia, e narradoras da história. Essa representação como discurso desinteressado e não defensor de uma posição particular não se

⁷ A edição 110, do ano 10, de julho de 2016, desse jornal foi analisada neste artigo.

⁸ A edição impressa de janeiro de 2017 desse jornal foi analisada neste artigo. Mas o texto em questão é um fragmento do perfil do jornal publicado em seu site (Conexão Comunidade, 2019).

⁹ A edição de agosto de 2016 desse jornal foi analisada neste artigo. Porém, o texto aqui citado é um fragmento da apresentação da publicação na internet (Jornal Rio Tavares, 2019).

sustenta em termos da própria natureza da linguagem que sempre será ideológica, mesmo quando diz que não o é (sendo até mais, quando assim se pronuncia) [...]. (Bonini, 2018, p. 97)

Intencionalmente ou não, esses jornais sustentam que há maneiras de ser objetivo e neutro, quando, na verdade, tais ações são impossíveis. Ao adotar essa postura, os jornais aproximam-se de uma posição conservadora, que nega individualidades e advoga pela homogeneização. Ao fazer isso, como defende Bonini (2018), intensifica-se um discurso e uma ideologia que diz não ser ideológica. Em linha semelhante, Franco de Oliveira e Polato (2015) sugerem que a objetividade e a imparcialidade funcionam como pretextos para esconder a verdadeira posição do jornal.

Ao esconder a sua visão de mundo e ao se colocar a favor de uma falsa neutralidade, o jornalismo dominante atua em favor da manutenção das estruturas sociais vigentes que favorecem, quase que exclusivamente, as elites. Percebemos que esse é o mesmo tipo de falácia do projeto antidemocrático Escola sem Partido, pois, assim como é impossível existir uma escola sem ideologia, também é impossível existir um meio de comunicação imparcial.

Ressaltamos que discursos despolitizados como estes têm ecoado com cada vez mais força e elaboração nos últimos anos, frequentemente, na tentativa de impedir a construção da consciência social e política dos sujeitos, da sua transitividade crítica, aqui entendida como as negociações e agenciamentos entre visões de mundo. Na perspectiva de Freire (1967), a transitividade crítica pode ser vista como o momento em que sujeitos começam a reconhecer o seu papel no mundo, tornando-se capazes de travar embates e agirem pelo sentido de coletividade e do bem-comum. O jornalismo dominante, e os jornais comunitários que se alinham a esse discurso, ao não se posicionar e ao defender que a neutralidade é possível, muitas vezes, apaga e silencia as vozes e as atuações sociais de grupos desfavorecidos.

Outro ponto a ser considerado nos excertos ilustrados anteriormente é que, ao falar de si, o *Jornal Trindade* diz ser uma leitura fácil, dinâmica, com muitas cores, e também se coloca como um guia de anúncios que proporciona resultados aos seus anunciantes. Inferimos, a partir desse trecho, que, antes de ser um periódico comunitário que quer promover visibilidade para o bairro e mudanças positivas para as pessoas que moram nessa região, o jornal funciona como mais um negócio lucrativo do sistema capitalista.

Sobre isso, como indicado, entendemos ser a venda de espaços publicitários uma forma de subsistência desses jornais, uma vez que o desenvolvimento desse tipo de informativo tem custos, mas, ao se identificar apenas dessa forma, eles acabam por negar suas outras funções, mantendo apenas a lógica do capital. O jornal *Conexão Comunidade* e o *Jornal do Rio Tavares*, em contrapartida, marcam de forma expressiva que, para além de se constituírem como meios moldados pelo discurso da credibilidade e da qualidade jornalística, sua proposta é trazer uma segmentação de informação, com preocupação específica pela comunidade onde atuam, uma das características elencadas por Sequeira e Bicudo (2007) como definidoras do jornalismo comunitário. Esse traço também é bastante aparente no editorial do *Jornal Daqui*:

Estamos de volta. Com esta edição especial sobre a última Festa do Divino Espírito Santo e Nossa senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa, retomamos as edições do Daqui Jornal. Com periodicidade mensal, tiragem de três mil exemplares, o jornal circula nas comunidades de Cacupé, Sambaqui, Santo Antônio, Barra do Sambaqui e Rationes. A publicação também é recebida por vereadores, integrantes da mídia e dirigentes de entidades comunitárias da região. Nosso objetivo central é dar *visibilidade as ações e iniciativas locais nas áreas comunitária, cultural, esportiva, social, religiosa e do lazer*, apoiando reivindicações e estimulando a participação e o envolvimento das pessoas. *Sem ligações político-partidárias*, daremos suporte às *iniciativas pontuais* que visem *melhorias no distrito e região*, mas *seremos críticos* no acompanhamento do *cumprimento de promessas de campanha*. Sempre atentos à *diversidade de pensamentos, visões de mundo e orientações filosóficas e à pluralidade de gostos, hábitos e costumes constituintes da riqueza espiritual de nossas comunidades*, *procuraremos refletir esse universo respeitando todas essas diferenças*. Todas as contribuições são bem-vindas, sejam elas de jornalistas ou não-jornalistas, na forma de textos, fotos ou outras imagens,

cartas, sugestões, alerta e reivindicações. A partir desta edição estaremos mais presentes nas escolas da região, trocando experiências, promovendo intercâmbios e publicando desenhos e redação dos estudantes. (Jornal Daqui).¹⁰

Deixamos em itálico passagens que sugerem o quanto o jornal pretende ser um meio de divulgação das demandas do bairro. Considerando o texto do editorial, o jornal parece ser um exemplo consistente de meio de comunicação comunitário, tal como proposto por Peruzzo (1998, 2009b) e Sequeira e Bicudo (2007). Ao longo do editorial, aparecem trechos como: “*Nosso objetivo central é dar visibilidade as ações e iniciativas locais nas áreas comunitária, cultural, esportiva, social, religiosa e do lazer, apoiando reivindicações e estimulando a participação e o envolvimento das pessoas [...]*” e “*A partir desta edição estaremos mais presentes nas escolas da região, trocando experiências, promovendo intercâmbios e publicando desenhos e redação dos estudantes*”.

Porém, em uma segunda leitura desse editorial, algumas questões podem ser levantadas. Destacamos a seguinte parte: “*Sempre atentos à diversidade de pensamentos, visões de mundo e orientações filosóficas e à pluralidade de gostos, hábitos e costumes constituintes da riqueza espiritual de nossas comunidades, procuraremos refletir esse universo respeitando todas essas diferenças.*”. É necessário sinalizar que a mídia dominante também se utiliza do discurso de pluralidade de vozes e do interesse local para falar de si e dessa forma se “vender” como meio promotor de causas sociais¹¹.

Notamos, contudo, que o jornalismo dominante, ao defender a diversidade de pontos de vista, produz uma forma desenvolvida e, por isso, velada, de manipulação, que é a projeção de um efeito de imparcialidade. Ao negar a adoção de um viés para narrar os fatos e ao dizer que traz todas as perspectivas para dar conta da cobertura de um tema, a mídia dominante assume, de uma forma bastante estratégica, a defesa da neutralidade e da objetividade.

Outro ponto que chama a atenção no editorial de *Jornal Daqui* é o seguinte trecho: “*Sem ligações político-partidárias, seremos suporte às iniciativas pontuais que visem melhorias no distrito e região*”. Da mesma forma que é impossível pensar em um jornal que seja neutro e imparcial na cobertura das notícias, também é pouco plausível que um jornal possa se identificar como uma mídia que não seja política, pois todas as ações humanas carregam questões políticas e ideológicas. O jornal não precisa estabelecer filiação com um partido político, por exemplo, mas negar a política é uma forma de promover um tipo de política que pode ser denominado como pós-política.

De acordo com Fernandes (2019, p. 2017), que aborda o conceito com base em Žižek, a pós-política pode ser definida como “[...] um tipo de despolitização que age no campo do senso comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados ao *status* político, social e econômico são efetivamente gerenciados”. Segundo a autora, a pós-política coloca especialistas como gestores para comandar o Estado, pois, para essa visão, os problemas de um país seriam simplificados e equiparados aos resultados de uma má administração pública. Esse tipo de despolitização defende que o país seja gerido por técnicas, ética e neutralidade, ou seja, por imparcialidade quando não se busca identificação nem com a esquerda, nem com a direita¹² (Fernandes, 2019), embora a ação social de quem assume esse discurso esteja quase sempre alinhada a grupos de direita e de extrema direita. Ainda segundo a autora, o discurso da pós-política ganhou muito espaço no Brasil, principalmente, depois das manifestações de junho de 2013.

No entanto, o discurso da despolitização é paradoxal em si mesmo, pois a despolitização já é uma forma de fazer política. Todas as ações humanas, assim como a linguagem, são permeadas por práticas ideológicas, que também são perpassadas pelo campo político.

¹⁰ A edição especial de setembro/outubro de 2011 desse jornal foi analisada, pois o jornal não tinha mais circulação impressa em 2016, funcionando apenas como *blog*.

¹¹ Nas discussões propostas no artigo, temos o objetivo de refletir sobre a forma como esses veículos de comunicação falam de si, a partir de textos que foram publicados por eles. As análises que são feitas não têm função de prescrever o modo de atuação dessas publicações ou de cristalizar a forma de conduta desses periódicos, mas sim fazer uma reflexão sobre os sentidos expressos nos textos analisados.

¹² A autora coloca como exemplo de pós-política no Brasil a atuação do Partido Novo, criado por um grupo de empresários da elite, que, ao defenderem esse tipo de atuação supostamente nova, acabam por retornar justamente ao conservadorismo da velha política (Fernandes, 2019).

É desse modo que se torna inconsistente a definição do *Jornal Daqui*: de um lado, o periódico se posiciona como meio aberto à pluralidade de vozes e preocupado com as questões de seu bairro, mas, de outro lado, nega a política.

No livro organizado por Míriam Santini de Abreu, que resgata a história de mídias/jornais contra-hegêmonicos no contexto da cidade de Florianópolis/SC (Abreu, 2020), há um capítulo destinado ao *Jornal Daqui* que se intitula “Daqui: jornalismo hiperlocal com qualidade e compromisso ético”. Nesse capítulo, percebemos o papel significativo desempenhado pelo jornal em seu bairro, que serviu como importante referência de mobilização social para a sua comunidade. Porém, também observamos, ao longo do capítulo, que o jornal é recorrentemente categorizado como *jornal sério* e reconhecido pelo seu *alto padrão de qualidade*. Assim, apesar de *Daqui* ser o jornal que mais se aproxima do modelo comunitário de jornalismo, há nele certos resíduos do discurso dominante.

Tendo isso em vista, na próxima seção analisamos o discurso do jornalismo hegemônico – novamente a partir de textos institucionais – a fim de comparar em que medida os jornais comunitários de Florianópolis/SC, aqui expostos, aproximam-se ou se distanciam desse modelo.

4 O DISCURSO DOMINANTE DE OBJETIVIDADE/NEUTRALIDADE

A NSC Comunicação é o grupo midiático de jornalismo dominante, líder do setor em Santa Catarina, ligado à Rede Globo. O excerto a seguir ilustra como esta empresa se autodescreve:

Uma nova marca chancela o mercado de informação e entretenimento catarinense. A NSC Comunicação renova o compromisso de *amplificar vozes e empoderar a comunidade* que forma Santa Catarina. É formada pela emissora de televisão NSC TV – afiliada da Rede Globo – pelos jornais Diário Catarinense, A Notícia, Jornal de Santa Catarina e Hora de Santa Catarina, e pelas emissoras de rádio CBN Diário, Atlântida e Itapema. As múltiplas plataformas têm como missão levar *conteúdo de qualidade* ao estado e àqueles que, de outros cantos do mundo, acompanham o que acontece aqui. Com um portfólio versátil e integrado, a NSC oferece também as melhores soluções de comunicação para marcas que querem se conectar aos catarinenses. (NSC Comunicação, 2019).

Conheça um pouco mais sobre a *relevância e credibilidade dos jornais* [...] 63% das pessoas afirmam que os anúncios em jornais têm *mais credibilidade do que em qualquer outra mídia*. +2,7 bilhões de pessoas no mundo leem jornais impressos todos os dias. 59% dos leitores têm atenção exclusiva para o veículo e afirmam não realizar outra atividade enquanto leem o jornal. (Negócios SC, 2019)

Os grupos dominantes de comunicação se utilizam dos argumentos de *relevância e credibilidade* para defender a sua posição de que fazem *jornalismo sério, imparcial e objetivo*, reproduzindo e dando forma a um discurso modelar de jornalismo. Tal discurso é muito semelhante ao que aparece na atuação de alguns jornais de bairro, talvez pela influência massiva dessa posição do jornalismo dominante. Os termos destacados, *conteúdo de qualidade, relevância e credibilidade dos jornais* e, ainda, *mais credibilidade que qualquer outra mídia*, refletem traços já apontados dos enunciados dos jornais *Trindade, Conexão Comunidade* e *Jornal Rio Tavares*, expostos anteriormente.

Além dessas passagens, a NSC também se coloca como um meio plural, um traço do discurso jornalístico dominante apontado por Bonini (2019). A empresa pretende, assim, em suas palavras, empoderar a comunidade a partir da amplificação das suas vozes. Com isso, ela transmite uma imagem de mídia engajada, preocupada com a sociedade e com causas sociais. No entanto, essa pode ser uma forma, bastante estratégica, de preservar seu discurso de imparcialidade e sua posição de controle de informação, pois esse argumento sugere que, abordando todas as vozes e os pontos de vista sobre um fato, o jornal não geraria favorecimento a nenhum, mantendo-se assim neutro e deixando a leitores/expectadores a função de formar suas opiniões sobre os assuntos.

Peruzzo (2009b) explica que as mídias dominantes trazem pautas populares, por exemplo, ao falar diretamente sobre uma comunidade, mas dificilmente existiria nesses meios uma preocupação social e legítima com questões como a de emancipação de

grupos minoritários. Podemos dizer ainda que grupos jornalísticos dominantes teriam interesse em lucrar com tais pautas, pois, segundo Ferreti-Soares (2013), essas poderiam ser vistas como investimento em iniciativas de cunho social a favor da instituição empresarial, quando o foco não está na resolução do problema em si, mas na potencialidade dele gerar lucro e audiência. Ou seja, faz parte da sustentação da lógica capitalista, mediante a aliança entre as estruturas dominantes no sistema para a manutenção de *status quo*.

Em sintonia com as observações de Barbosa (2012) e Bonini (2018), observamos, no material aqui analisado, que o jornalismo dominante se configura como um agente que defende a propagação e a manutenção da estrutura social de tipo neoliberal dominante nas últimas décadas, e que privilegia as elites. Aliás, as grandes redes de comunicação no Brasil, como a Globo e suas afiliadas, são geridas pela classe burguesa conservadora, que tem interesse na continuidade desse sistema.

Para Resende e Ramalho (2006), com base em discussões de Pierre Bourdieu, o neoliberalismo enquanto discurso adota uma visão fatalista de que só existe uma forma de a sociedade funcionar e, ao fazer isso, naturaliza suas práticas de agir ao mesmo tempo em que nega existência de alternativas de operar de modo diferente. Ainda segundo as autoras, o neoliberalismo faz isso ancorado em discursos que se apresentam como modernos, revolucionários e progressistas. Podemos dizer que as marcas linguísticas de *credibilidade, relevância, neutralidade, imparcialidade, objetividade e pluralidade de vozes* seriam formas de acionar esses discursos. Essas marcas linguísticas também foram utilizadas por alguns jornais de bairro analisados anteriormente quando eles falam de si, o que é significativo se considerarmos que essa forma de fazer jornalismo tem beneficiado a manutenção de *status quo* e não o contrário. A forma como a mídia dominante define sua prática de jornalismo, ao que parece, acaba por marcar meios comunicacionais menores, como os comunitários em Florianópolis/SC. Posto de outra forma, o jornalismo dominante diz que, para ter credibilidade, ser um meio de comunicação sério e respeitável, é preciso ter qualidade, ser fiel ao narrar os fatos e ser objetivo. Dessa forma, ele cria uma identidade do que é o fazer jornalismo. Essa mesma identidade é, por vezes, ensinada na esfera acadêmica em cursos de graduação e, assim, a academia aparece como parte importante da construção e legitimação desse discurso – institucionaliza-se a manutenção de um ciclo que dificulta a existência de outras possibilidades.

A fim de evidenciar uma síntese da comparação realizada, o Quadro 1 ilustra como cada jornal comunitário, explorado na seção anterior, aproxima-se do discurso do jornalismo dominante ou distancia-se dele, associando-se ao modelo comunitário.

D O M I N A N T E	NSC Comunicação	Miguelito Santa Mônica	Trindade	Conexão Comunidade	Rio Tavares Lado Sul	Folha de Coqueiros	Jornal Daqui	C O M U N I T Á R I O
---	--------------------	----------------------------------	----------	-----------------------	--------------------------------	-----------------------	-----------------	---

Quadro 1: Graus de aproximação/distanciamento em relação aos discursos do jornalismo dominante e comunitário.

Fonte: elaboração dos autores

Na primeira coluna, ao lado esquerdo e em azul escuro, está o polo dominante, sendo a NSC Comunicação o exemplo mais categórico desse tipo de jornalismo. Na coluna mais à direita, em verde, em oposição, aparece o jornalismo comunitário. O *Jornal Daqui* é aquele que mais se aproxima deste modelo. No entanto, dos oito jornais analisados, não encontramos nenhum exemplar que se enquadrasse perfeitamente na definição de jornalismo comunitário.

Os jornais *Miguelito* e *Santa Mônica* apresentam grande quantidade de textos jornalísticos-propaganda e, por isso, são postos muito mais próximos ao eixo do jornalismo dominante. Algo semelhante acontece com o *Jornal Trindade*, que se autodefine como um guia de anúncios para o seu bairro. Os jornais *Conexão Comunidade*, *Jornal Rio Tavares* e *Lado Sul*¹³ localizam-se ao centro do quadro, estando entre as duas extremidades, pois, ao mesmo tempo em que se colocam como mídias locais, ainda mantêm muitas das características do jornalismo dominante. *Folha de Coqueiros* é um jornal de bairro com grande tradição em sua comunidade e com muitas pautas ligadas às problemáticas do bairro; por isso, configura-se como jornal próximo ao polo comunitário, mas que, assim como *Jornal Daqui*, contém traços convergentes com o discurso do jornalismo dominante (matérias de fundo promocional, por exemplo).

Embora não tenhamos encontrado um exemplo mais fortemente representativo do jornalismo comunitário, no campo do jornalismo independente digital existem jornais mais claramente orientados por princípios de mudanças e transformações sociais. Sobre esses jornais, e sobre como eles conseguem romper com o discurso do jornalismo dominante, debatemos na próxima seção.

5 JORNAIS INDEPENDENTES E AS DIVERGÊNCIAS COM O DISCURSO DO JORNALISMO DOMINANTE

Em uma tentativa de levantar um contraponto mais evidente ao discurso dominante do jornalismo, buscamos analisar informações institucionais retiradas dos *sites* de três portais digitais de jornalismo independente: *Catarinas*, *Desacato* e *Maruim*; cujos títulos já trazem impressa certa postura daquilo que eles representam, ao contrário dos informativos de bairro que, em sua maioria, estampam o nome de jornal e da localidade a que fazem referência.

Segundo as discussões iniciadas nas seções anteriores, os jornais de bairro de Florianópolis/SC, em sua maioria, parecem manter proximidade com o jornalismo dominante. Bonini (2017) já apontava essa gradação em termos do alinhamento desses jornais com o discurso dominante do jornalismo, embora realçando as possibilidades de eles se contraporem a esse discurso (talvez de forma muito otimista). Segundo ele: “Os jornais comunitários são mídias alternativas ao jornal convencional e, como tal, em alguma medida questionam o papel dominante desse último. Ou seja, são projetos contra-hegemônicos em diversos graus de oposição, a depender dos grupos e práticas aos quais estejam ligados” (Bonini, 2017, p. 171).

A gradação ocorre, mas não chega a ser uma prática jornalística alternativa, pois esses jornais de bairro, em sua maioria, em termos dos aqui analisados, partem de discursos que são característicos dos grupos hegemônicos como o da neutralidade e objetividade da narrativa, credibilidade do conteúdo e o da pluralidade de visões.

Por outro lado, no meio digital e independente, existem jornais alinhados às ideias de mudança social e preocupados com a diminuição de assimetrias e desigualdades. Em oposição ao discurso da neutralidade e objetividade, essas publicações marcam o seu ponto de vista diante dos assuntos tratados. Ou seja, ao contrário do discurso da mídia convencional, defendem a adoção de um viés que olha para a realidade dos fatos de forma posicionada.

Catarinas, o primeiro que trazemos para análise, é um portal de jornalismo especializado em assuntos com perspectiva de gênero, feminismo e direitos humanos. Segundo seu *site*, “[...] a linha editorial de *Catarinas* se encontra na intersecção entre o jornalismo como um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção do jornalismo” (Portal *Catarinas*, 2019). As escritoras que colaboram com o portal não se identificam apenas como comunicadoras, mas também como ativistas engajadas com

¹³Não trouxemos excertos específicos deste jornal para análise, mas a publicação é bem próxima ao que foi apresentado nos trechos de *Jornal Rio Tavares* e *Conexão Comunidade*.

mudanças sociais. Ainda segundo a linha editorial, descrita em meio eletrônico, esse jornal tem o objetivo de evidenciar as “[...] desigualdades de gênero existentes na sociedade e se posicionar no intuito de superá-las”. Para esse portal, o jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba, consciente ou inconscientemente, servindo para a manutenção das relações de poder já existentes e, consequentemente, das violências ocasionadas por elas (Abreu, 2020).

Para Barbosa (2012), o jornalismo hegemônico e o jornalismo popular noticiam, por vezes, os mesmos assuntos. A diferença entre os dois está na maneira como o tema é construído nos meios populares. Desse modo, ao contrário da neutralidade, adota-se um posicionamento marcado na narrativa. Esses aspectos podem ser percebidos na linha editorial do *Portal Catarinas* que, abertamente, posiciona-se como meio de comunicação que aborda questões de gênero e de luta social.

O segundo portal independente que arrolamos nesta análise é o *Desacato*, o qual pode ser considerado um dos maiores portais de jornalismo independente em Santa Catarina, sendo um forte atuante nas ações das lutas sociais do estado. Foi fundado em 2007, e atualmente funciona como uma cooperativa. O portal defende a “soberania comunicacional popular” e busca a promoção da “outra informação” que não costuma aparecer na mídia monopólicia (Portal Desacato, 2019). A cooperativa pretende ser uma opção diante dos monopólios da comunicação, que vá além dos projetos individuais, característicos da internet. Foi criado para: “informar, educar, formar e contribuir para a transformação da sociedade” (Portal Desacato, 2019).

Em conversa com um de seus representantes, o portal foi identificado como alinhado ao campo progressista e de esquerda com postura anticapitalista e anti-imperialista. Conclui-se, a partir disso, que *Desacato* produz conteúdos que tenham como objetivo questionar a estrutura conservadora neoliberal a fim de atuar como movimento promotor de mudanças sociais.

O terceiro portal aqui considerado é o *Maruim*, coletivo de jornalismo fundado por alunos/as e ex-alunos/as do curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O portal tem objetivo de: “[...] produzir notícias e reportagens que contribuam para a transformação da realidade injusta e segregadora [...], [seu conteúdo] jornalístico tenta disputar as narrativas sobre a cidade [de Florianópolis]” (Maruim Jornalismo, 2019). Segundo o *site* do coletivo, “o jornalismo independente é sufocado pela falta de um marco regulatório das comunicações no Brasil”. Ainda, para o coletivo, “[...] não pode haver democracia enquanto o aparato midiático estiver todo concentrado nas mãos de poucas famílias da elite brasileira” (Maruim Jornalismo, 2019).

Ao contrário da realidade dos jornais comunitários apresentados na seção anterior, os três portais de jornalismo independentes citados não vendem espaços publicitários com finalidade de gerar renda para seu funcionamento. *Catarinas*, *Desacato* e *Maruim* se mantêm ativos por meio de financiamentos coletivos em que leitores fazem doações para que os conteúdos de cada portal sejam produzidos. Percebemos que há outro tipo de lógica operando nesses jornais: antes de atuarem como negócios rentáveis, eles são projetos sociais conduzidos por seus membros.

Nos três portais de jornalismo digitais, aqui examinados, podem ser identificadas as características do jornalismo independente sintetizadas por Assis *et al.* (2017): (i) autonomia (financeira e editorial); (ii) uso da internet como meio de atuação; (iii) adoção do *crowdfunding* (financiamento coletivo) como forma de sustentabilidade econômica; e (iv) posicionamento marcado por meio de práticas de ativismo social. Assim, na análise dessas três publicações encontramos significativas divergências com o discurso do jornalismo dominante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo comunitário é visto como meio de comunicação popular e transformador (Peruzzo, 1998, 2009b, 2011) e, conforme síntese de Sequeira e Bicudo (2007, p. 9), apresenta as seguintes características: a) valorização da realidade local; b) participação da comunidade durante todo o processo de produção; c) consagração das ideias da mobilização e da transformação; d) resgate de um viés pedagógico e educativo; e) articulação com a produção independente e de resistência. Em termos desse perfil, contudo, poucas aproximações aparecem nas edições aqui examinadas dos jornais de bairro de Florianópolis/SC, as quais, em sua maioria, inscrevem-se no discurso do jornalismo dominante. Na análise dos perfis dos jornais, não foi possível investigar dados sobre o

quanto cada publicação envolve a comunidade local nas práticas jornalísticas, mas percebemos, na análise textual, que a valorização da realidade local não acontece em todos os casos e com a mesma gradação, a exemplo dos textos jornalísticos-propaganda. A promoção de ideias de transformação social também, por vezes, é apagada em favor da manutenção dos discursos de objetividade e neutralidade. Assim, a análise ilustra que nem todos os jornais ditos comunitários funcionam como contraponto ao discurso dominante, não preenchendo inteiramente os requisitos de um jornalismo alternativo e transformador da realidade social.

Já com relação aos jornais independentes, é possível verificar que, em termos dos jornais analisados, evidencia-se uma clara matriz discursiva alternativa aos jornais dominantes, explicitando suas posições e evidenciando a relação estabelecida com os grupos sociais com os quais atua para a modificação das relações sociais desiguais. Mais que um produto de *qualidade* (imparcial, neutro e plural), tem-se aí um jornalismo que se apresenta como fórum de debates e de ampliação dos conhecimentos engajados das comunidades em suas relações.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. S. (org.). *A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis*. Florianópolis: Pobres & Nojentas; Letra Editorial, 2020.

ASSIS, E.; CAMASÃO, L.; SILVA, M.; CHRISTOFOLETTI, R. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea *Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*. v. 4, n. 1, p. 3-20, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899/5813>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1952/53]. p. 277-327.

BARBOSA, A. O jornalismo e a construção da contra-hegemonia: análise da revista do MST a partir dos conceitos gramscianos de jornalismo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 1, p. 236-245, 2012. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/102/103>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BENITES, A. A máquina de “fake news” nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. *El País*, São Paulo, 28 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html. Acesso em: 6 jul. 2022.

BONINI, A. A reenunciação do discurso jornalístico na produção de jornais escolares brasileiros – estudo de caso de um projeto de larga escala. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 22, n. 2, p. 535-564, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/STZLckckS594VjdMkSP4kHp/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BONINI, A. Políticas de enseñanza de prácticas periodísticas en escuelas de Argentina y Brasil. *Signo y Seña*, n. 35, p. 107-126, 2019. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/6940>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BONINI, A. A construção da autoria nas atividades de leitura, escrita e oralidade no livro didático para o ensino médio. In: SILVA, S. B. B.; PEREIRA, J. N. (orgs.). *Língua Portuguesa e Literatura no Livro Didático: desafios e perspectivas*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 340-361.

BONINI, A. O jornal escolar como mídia contra-hegemônica: jornalismo de escola não modelado pelo jornalismo comercial dominante. *Linguagem em (dis)curso*, v. 17, n. 2, p. 165-182, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/fjzPmW3MDNjzJFgTdTcGPzb/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BONINI, A. Análise crítica de gêneros discursivos no contexto das práticas jornalísticas. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. (orgs.). *Gêneros: um diálogo entre comunicação e Linguística Aplicada*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 103-120.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CONEXÃO COMUNIDADE, *Quem somos*. Disponível em: <https://www.jornalconexao.com.br/>. Acesso em: 30 out. 2019.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FERNANDES, S. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo, SP: Autonomia literária, 2019.

FERRETTI-SOARES, V. *A série televisiva o sagrado e a prática de publicidade institucional indireta da rede globo: uma análise crítica de gênero*. 2013, Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis. 2013.

FIGARO, R.; NONATO, C.; KINOSHITA, J. Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XL., 2017, Curitiba. *Anais (...)* Curitiba, 2017, p. 1-15.

FIGUEIREDO, D. C.; BONINI, A. Recontextualização e sedimentação do discurso e da prática social: como a mídia constrói uma representação negativa para o professor e para a escola pública. *DELTA*. Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada (PUCSP. impresso), v. 33, p. 759-786, 2017.

FILHO, J. A investigação do MP está mostrando que o MBL operava um gabinete do ódio: investigação revela suspeita de esquema de lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e fake news no MBL, que se diz vítima do bolsonarismo. *The Intercept Brasil*, jul. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/11/mb-luciano-ayan-renan-santos-fake-news/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

FRANCO DE OLIVEIRA, N. A.; POLATO, A. D. M. Análise linguística: o funcionamento dialógico-valorativo de recorrências gramaticais na notícia. *Polifonia*, v. 22, n. 31, p. 431-461, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1789>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HAUBRICH, A. F. Reflexões e caracterizações sobre mídias alternativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXVIII., 2015, Rio de Janeiro. *Anais (...)* Rio de Janeiro, 2015, p. 1-14.

JORNAL RIO TAVARES. *Sobre nós*. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalriotavares>. Acesso em: 30 out. 2019.

MARUIM JORNALISMO. *Quem somos*. Disponível em: <http://maruim.org/quem-somos/#>. Acesso em: 30 out. 2019.

MELO, J. M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom RBCC*. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MUNIZ JUNIOR, J. de S. Os sentidos sociais da produção cultural independente: usos e abusos de uma noção instável. *Revista Parágrafo*. v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/366>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NEGÓCIOS SC. *Mídia kit NSC tv*. Disponível em: <https://negociossc.com.br/midia-kit-nsc-tv/>. Acesso em: 30 out. 2019.

NSC COMUNICAÇÃO. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.nsccomunicacao.com.br/quem-somos/#quem-somos>. Acesso em: 30 out. 2019.

PERUZZO, C. M. K. Desafios da comunicação popular e comunitária na cibercultur@: aproximações à proposta de comunidade emergente de conhecimento local. *Ciberlegenda*, v. n.25, p. 82-99, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36886>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2108/1247>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Eco-Pós*, v. 12, p. 46-61, 2009b. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/947/887. Acesso em: 23 nov. 2023.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998. PORTAL CATARINAS. *Linha Editorial*. Disponível em: <https://catarinas.info/linha-editorial>. Acesso em: 30 out. 2019.

PORTAL DESACATO. *Quem somos*. Disponível em: <http://desacato.info/quem-somos/>. Acesso em: 30 out. 2019.

REMPEL, G. *A produção do jornal escolar e o jornalismo independente: ensino e aprendizagem de língua portuguesa em uma perspectiva crítica*. 2020. Tese. (Doutorado em Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SEQUEIRA, C.; BICUDO, F. Jornalismo comunitário – conceitos, importância e desafios contemporâneos. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX., 2007, Santos, Anais (...)* Santos, 2007, p. 1-14.

SOARES, R. P. A. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). *Revista FAMECOS*, n. 30, p. 62-70, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3376/2641> Acesso em: 23 nov. 2023.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

VAN DIJK, K. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Tradução do inglês por Guillermo Gil. Barcelona: Paidós, 1990.



Recebido em 23/04/2022. Aceito em 09/12/2022.